

GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTOS: DA CONSTRUÇÃO/DESTRUIÇÃO DE TERRITÓRIOS À PROBLEMÁTICA DOS DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS

Camila Louise de Souza
Graduanda em Geografia - UFU
louisepeppers@yahoo.com.br

Vicente de Paulo da Silva
Prof. Dr. do Instituto de Geografia - UFU
vicente@ig.ufu.br

RESUMO

Este trabalho aborda a temática do deslocamento compulsório, também chamado de deslocamento forçado, que consiste em uma situação ou mecanismo considerado como efeito de grandes projetos, no qual diversas pessoas se vêem obrigadas a deixar seu território de maneira forçada e tentar se estabelecer em outro lugar. No caso estudado, os efeitos de grandes projetos dizem respeito, principalmente, às usinas hidrelétricas. Tais eventos têm sido constantes no Brasil e seus efeitos levam ao deslocamento de milhares de pessoas quer seja em zonas rurais, urbanas ou no meio indígena. Essas mudanças, na maioria dos casos, são rodeadas por desinformação, descaso e revoltas, além de serem envolvidas por diversas questões político-administrativas cujo objetivo principal é a produção de energia e não a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas.

Palavras-chave: Deslocamento compulsório, território, espaço.

MAJOR INVESTMENT PROJECTS: FROM CONSTRUCTION/DESTRUCTION OF TERRITORIES TO THE PROBLEM COMPULSORY DISPLACEMENT

ABSTRACT

This article focuses the issue of compulsory displacement, that is considered a kind of forced displacement. This consists in a situation or system in which several people have to leave their territory in a forced way, what make then try to establish itself in another place, in function of the construction of large projects, in this case, the hydroelectric projects. Such events have been set in Brazil and its effects led to the displacement of thousands of people either in rural, urban and indigenous'areas. These changes, are surrounded by misinformation, neglect and revolts, besides being involved in various political and administrative issues whose main goal is the production of energy and not the quality of life of people involved.

Key-words: Compulsory displacement, territory, place.

INTRODUÇÃO

O presente artigo foi proposto a partir de nossa constatação de que uma grande obra pode alterar profundamente o modo de viver de milhares de pessoas sem que isso seja levado em consideração na fase de decisão e opção pela execução de tais obras. Especificamente aqui, partimos do referencial teórico pesquisado para o projeto intitulado *Efeitos Espaciais e Sociais de Grandes Projetos: Territórios, territorialidades e Deslocamentos compulsórios na área de abrangência da usina hidrelétrica de Miranda no rio Araguari, em Uberlândia – MG*, desenvolvido no programa de Bolsa de Iniciação Científica, na Universidade Federal de Uberlândia, financiado pelo CNPq.

O projeto considerou que para se entender a relação estabelecida entre o sujeito, o lugar e a história é necessária a compreensão do espaço em que tal relação ocorre. A categoria de análise da geografia, Território, foi entendida como ferramenta para o estudo da construção do espaço vivido e construído pelo homem e a problemática da submissão desse espaço ao poder

Recebido em 10/02/2010
Aprovado para publicação em 09/08/2010

de grupos econômicos que o toma como lócus da execução de Grandes Projetos.

Na primeira fase do projeto, buscou-se um melhor entendimento das questões relacionadas à problemática da opção pelos grandes projetos e, conseqüentemente, dos efeitos sobre o espaço e, principalmente, sobre milhares de moradores que vivem em locais tomados para execução dessas grandes obras.

A construção de hidrelétricas tem sido um tema privilegiado por diversos autores quando se fala em grandes projetos. Contudo, outros tipos de construções também podem ser pensadas com o mesmo peso, uma vez que, quer seja num rio, numa cidade, numa rua ou numa menor fração do espaço, os efeitos sobre os moradores devem ser considerados de grande relevância nos estudos realizados sobre o tema.

Grandes Projetos, Territórios e Deslocamentos compulsórios

Alvo de diferentes abordagens teóricas ao longo do tempo, o conceito de território ainda é discutido em diversos âmbitos científicos. Na geografia, assume caráter político, econômico, cultural, social ou ainda como conseqüência da associação de diferentes tipos entre os citados. Um consenso a respeito desta categoria se torna impossível e desnecessário, visto que o debate constante enriquece e agrega valor à construção do saber geográfico.

Historicamente, o conceito de território tem sido associado à questões de políticas e fronteiras, mais próximo das idéias de controle, domínio e apropriação (políticos e/ou simbólicos) do que da idéia de uso ou de função econômica (HAESBAERT, 2006). Assim, o termo foi amplamente utilizado pelas ciências políticas como ferramenta para delimitar e controlar o espaço, imprimindo como características no território uma rigidez em sua forma e estaticidade de seus elementos.

Entretanto *território* entendido como o espaço ocupado e vivido por indivíduos organizados em grupos, se torna sustentáculo das relações entre esses indivíduos e destes com o meio, a natureza da qual fazem parte. Santos (2002, p.13) o define como sendo “o lugar em que desembocam todas as ações, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Assim, o mesmo se torna parte da vida cotidiana dos indivíduos enquanto grupos sociais, que criam relações afetivas e emotivas com o espaço em que estão inseridos.

Há uma compreensão do território a partir de seu uso, da interação de suas propriedades físicas e dos recursos naturais, juntamente com as potencialidades da força de trabalho do homem, capaz de transformar o meio. Nesse caso, ele se torna um espaço consumido e constantemente recriado, que se renova a cada nova geração que surge e envelhece juntamente com as lembranças das antigas gerações que sobre ele criaram e reproduziram seus signos.

Com isso, os indivíduos se identificam com o espaço, uma vez que a identidade considerada, conforme Santos (2002, p.14), é “o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence, o território é fundamento do trabalho, o lugar da residência, de trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”, ou seja, onde se vive a vida cotidiana e aí se identifica com os objetos quer sejam materiais ou não. Acrescenta-se que o mesmo pode ser também o lugar da resistência, da defesa, da luta pela sobrevivência. Não é um lugar qualquer, mas um lugar cheio de significados para aqueles que nele vivem.

Contudo, podemos diferenciar o “território construído” do “território dado” (FLORES, 2006). O primeiro é caracterizado pela concepção anteriormente citada de que no território o homem constrói, mantém e desenvolve seu modo de vida e reprodução, criando sobre ele, e nele diversos vínculos de cunho emocional-afetivo e sócio-político. Já a noção de “território dado” pode ser esclarecida como uma territorialidade ‘forjada’, uma realidade manipulada e transformada para responder a determinados parâmetros, como se a partir de objetivos propostos e metas pré-definidas o território fosse moldado para atender interesses privados.

É justamente sob a ótica do “território construído” que se busca elucidar a respeito dos efeitos que as mudanças impostas por agentes externos geram a uma determinada localidade e suas formas de repercussão nas relações sociais ali pré-existentes. Os grandes empreendimentos alteram as relações com o lugar, criam novos territórios, destroem construções tradicionais,

enfim, provocam toda ordem de mudança no espaço.

Os grandes empreendimentos, por sua vez, são de muita importância para o desenvolvimento econômico, local, regional e nacional. Esta é uma realidade que não pode ser sonhada numa análise desta natureza. Porém, é inegável que eles, uma vez que ocupam extensas áreas, afetam de diversas formas o meio no qual se inserem, com impactos de cunho social, ambiental, político e, principalmente, econômico. Segundo Vainer (1992, p. 34),

São empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos.

No Brasil, a implementação desses grandes projetos é tida como prova da capacidade do país em se constituir como emergente no processo de mundialização, capaz de competir no mercado internacional, atingindo certo status, a partir do discurso desenvolvimentista adotado pelos setores interessados na execução desses projetos. Esses discursos frisam diversos ideais, tais como o desenvolvimento da região na qual o empreendimento é implantando, a geração de empregos diretos e indiretos, levando a uma diminuição das diferenças entre classes sociais, muitas vezes, sem levar em consideração os aspectos negativos arraigados em sua proposta e mesmo na própria dinâmica do sistema capitalista, que, de uma forma ou de outra, acaba sempre gerando exclusão social.

No caso estudado, os grandes projetos em questão são as usinas hidrelétricas. A sociedade moderna tem por característica um crescente aumento na demanda por energia elétrica, afinal todas as suas atividades, produtivas ou não, consomem essa energia. Dessa forma,

a disponibilidade de sistema de energia elétrica em rede, ao lado de eficientes sistemas em rede de telecomunicações e transportes, constitui o aporte de infra-estrutura fundamental para o desenvolvimento industrial, urbano, agropecuário, bem como para o conforto, saúde e lazer da população em geral. O consumo per capita de energia elétrica é um excelente indicador do nível de qualidade de vida e do desenvolvimento econômico-social de uma determinada comunidade (ROSS, 1999, p.17).

O desenvolvimento econômico e social brasileiro oferece um papel de destaque para as construções de hidrelétricas por todo território nacional graças ao grande potencial energético do país, proveniente do relevo planáltico e da abundância de rios. "Mais do que nunca, o aprimoramento no processo de apropriação do recurso água como fonte geradora de energia elétrica limpa é desejável por vários motivos, tanto no âmbito econômico-social, quanto no ambiental" (ROSS, 1999, p.17). Assim, por dispormos de grandes bacias hidrográficas constituindo um fabuloso potencial energético, temos hoje vários projetos de Usinas Hidrelétricas (UHE's) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), além das diversas já em funcionamento.

Uma situação polêmica: a vida de moradores, os alagamentos de terras de moradia e a opção por hidrelétricas

Embora seja causa primária de diversos impactos e conflitos, a construção de usinas hidrelétricas tem sido considerada a forma mais limpa de se produzir energia e a que, a longo prazo, encontra mais facilmente um equilíbrio com o ambiente; isso quando comparadas à usinas termelétricas (altamente poluentes, lançam na atmosfera grande volume de monóxido de carbono e material particulado) e usinas nucleares (risco constante de contaminação da atmosfera e da água por material radioativo, expondo a perigo a saúde dos seres vivos das proximidades).

Ao se definir a construção de uma usina hidrelétrica, a empresa ou consórcio responsável adota um conjunto de medidas e estratégias para que o projeto seja executado de forma lucrativa e, preferencialmente, sem grandes danos financeiros e morais (propagandas e autopromoção). Para tanto, são realizados diversos estudos ambientais, visando tratar dos danos causados ao meio natural; e estudos sociais, que pretendem amenizar o impacto gerado sobre os que serão atingidos pelo projeto.

É necessário que se tenha conhecimento prévio a respeito do local onde o projeto será

desenvolvido, ou seja, o que cada área possui de ambiente natural – atmosfera, hidrosfera, litosfera e biosfera – e ambiente social – infra-estrutura, material constituído pelo homem e sistemas sociais criados (FENILLI E LOCH, 2002).

Tendo em mãos os resultados de estudos e pesquisas, escolhe-se uma melhor “solução” para a problemática relacionada aos prováveis impactos; e são feitas diversas propostas à população atingida. Nesse ponto, surgem dúvidas e discussões, visto que, geralmente não é levado em consideração o grau de conhecimento que os atingidos têm sobre a vultuosidade da obra. Quando se trata de uma população de pouco estudo formal, os considerados “povos simples”, a idéia de uma grande inundação pode ser inconcebível, pois ao longo de suas vidas acompanharam as maiores cheias dos rios, construindo uma linha imaginária, um limite máximo para a subida do nível da água.

Cada morador se comporta e compreende a situação de forma diferente, de acordo com interesses próprios ou incutidos por agentes externos. O fato é que imaginar cidades inteiras submersas pelas águas de rios transformados em represas se torna cada vez mais distante da realidade dos moradores. Porém, nos escritórios de empresas responsáveis por essas obras, as decisões são tomadas a todo vapor e tudo é feito para que as notícias sejam também manipuladas de forma a evitar a organização prévia dos que serão atingidos.

Nesse complexo processo de negociação muitos tomam decisões sem a devida compreensão a respeito do que está acontecendo de fato e quais as conseqüências provenientes da mudança; e também sem conhecer sobre os direitos que possuem e as medidas e exigências cabíveis em cada situação. Existem casos em que grupos são enviados previamente pelos empreendedores da obra, ao menos em teoria, para cumprir o papel de esclarecer os fatos, medidas e propostas adotadas pela empresa (o ponto de vista da empresa é ressaltado).

Houve também diversas situações em que a população pôde contar com mediadores ou mesmo com associações criadas para esse fim. Tais associações, muitas vezes formadas por padres, pastores, dirigentes sindicais, intelectuais, elucidam sobre o projeto e suas conseqüências e mobilizam a população contra irregularidades e abusos, bem como pela luta por seus direitos.

Esclarecimentos feitos ou abstraídos, o certo é que, cedo ou tarde, o atingido deverá se posicionar frente à problemática do deslocamento e os questionamentos a ela inerentes, como a decisão de se deslocar ou não. Além disso, é posto diante de situações incomuns, como a decisão sobre o local escolhido para ir, as indenizações e ressarcimentos prometidos, seu estabelecimento em outro local e como transferir fisicamente seus valores – se é que tal coisa é possível.

Segundo Fenilli e Loch (2002), os principais impactos sócio-econômicos provocados pela implantação de barragens hidrelétricas são: criação de expectativas, tais como os questionamentos anteriormente citados; alteração do cotidiano da população, que passa a ter em seu convívio diversas pessoas estranhas, atraídas pela oferta de trabalho da região, culminando em uma significativa alteração demográfica; intensificação do tráfego e alteração no quadro de saúde, além das conseqüentes perdas de terras e benfeitorias; desestruturação da unidade de produção familiar e da interferência no fluxo turístico da região.

Dessa forma, na maioria dos casos, a população é ‘vítima’ de três possíveis processos: o convencimento, a coerção e a coação, que podem, em algum momento possuir significados parecidos, mas que, em princípio, se distinguem em formas diferentes de ‘motivação’. O convencimento se caracteriza por ações em que os indivíduos, interessados na mudança a ser praticada em determinada área, através do diálogo e/ou práticas financeiras, conseguem, de fato, convencer os habitantes desta área que esta mudança é necessária e positiva e que as conseqüências poderão ser manipuladas, afim de que se tenha o bem-estar de ambas as partes.

A coerção se dá quando se evita a dor ou outras conseqüências negativas, fazendo com que surja uma “pseudo-motivação”, tendo como um efeito imediato, a aceitação da parte subordinada. Por outro lado, a coação, segundo o Artigo 151 do Código Civil, “é um dos vícios do consentimento nos negócios jurídicos, caracteriza-se pelo constrangimento físico ou moral para alguém fazer algum ato sob o fundado temor de dano iminente e considerável à sua

pessoa, à sua família ou a seus bens”.

Diversas famílias se vêem obrigadas a aceitar ou acatar a implementação desses projetos em seu espaço de vivência, sabendo ou desconhecendo as conseqüências, elas passam a conviver com o diferente, vendo seu espaço que fora construído ao longo de várias gerações, sendo modificado por agentes externos, sem qualquer poder de interferência, desconstruindo as já estabelecidas construções históricas, sociais e naturais daquele meio. Nestas modificações, diversas intervenções são feitas, geralmente, levando em consideração prioritariamente, o caráter financeiro da obra e seus retornos monetários.

No caso estudado, tendo em foco áreas de abrangência de usinas hidrelétricas, é considerável o número de famílias que acabam por deixar o lugar em que sempre viveram, onde se criaram e criaram seus filhos, e seguem em busca de outro espaço para tentarem desenvolver seu modo de vida, o que nem sempre é possível.

Na busca de se reproduzir em outro território e contexto, e na tentativa de continuar a vida que levaram em outro local, muitas famílias acabam não conseguindo se adaptar aos novos recursos disponíveis em sua subsistência, e, na maioria das vezes, abandonam o que aqui se considerou de um novo modo de vida.

Sem a devida preparação ou adaptação a uma nova forma de se ver enquanto ser vivente, uma grande e provável conseqüência do deslocamento compulsório que, segundo Estrela (2001), pode ser caracterizado como um trauma ao modificar a forma de vida dos atingidos em diversos aspectos, muito além do puramente econômico, a autora salienta que, “as perdas afetivas e as perturbações psicológicas deixaram marcas e são irreparáveis, provocando silêncio e desconfianças. A correspondência entre as mudanças provocadas pelo deslocamento e o ‘redemunho’ não é uma simples metáfora” (p.5).

A perda dos referenciais espaciais, sociais e culturais são conseqüências desse deslocamento, visto que todas as bases materiais sobre as quais foram erigidos o modo de vida e produção dos atingidos, foram transformadas em um ‘fundo de lago’ e eles precisam se adaptar a novas condições de sobrevivência e reprodução de si.

O Setor Elétrico, incluindo-se o Estado e os investidores, tanto dos setores públicos quanto dos privados, interessados no sucesso do empreendimento que, a partir de uma ótica de mercado, entendem o território como uma mercadoria com um valor monetário determinado e passível de comercialização e de troca, geralmente ligados a empresas que realizam atividades eletrointensivas, busca ao incentivar este setor, vantagens adquiridas no preço do recurso energético e com a participação nos lucros da atividade. Para tanto, passa a ocupar áreas consideradas marginais, que são usualmente ocupadas por pequenos agricultores e, possivelmente alguns grupos étnicos, e que podem ser adquiridas a um custo consideravelmente baixo.

Segundo Sigaud (1996) é feita a inundação de milhares de hectares de terras e de outros recursos naturais, utilizados ou potencialmente aproveitáveis para outras finalidades, decorrente do privilegiamento da forma de geração de energia prioritariamente adotada no país, as usinas hidrelétricas, representando uma redução do estoque de alternativas disponíveis de apropriação do território.

As formas como são feitas as aquisições dos terrenos a serem inundados também é de caráter conflituoso, de modo que a população se vê na obrigação de acatar a decisão previamente tomada por instâncias superiores, sofrendo pressões do próprio Estado – órgão ao qual deveriam recorrer em casos de impotências.

O espaço, nessa relação, é utilizado por uns em detrimento de outros, fazendo com que a apropriação da natureza seja feita de maneira assimétrica, pois os recursos naturais tornam-se monopolizados, ou simplesmente inutilizados ao serem submersos. A partir dessa unilateralidade da disposição dos recursos, aquela família que deles dependia para a manutenção de sua existência, passando a não mais contar com este meio, necessita agora de buscar novas formas de reprodução de sua vida sócio-econômica e é neste momento que ocorrem a maioria dos ‘estopins’ dos conflitos e revoltas.

Segundo Badie (1996, p.59),

“o território é visto, antes de tudo, como o lócus da estabilidade e do enraizamento e, a mobilidade proporcionada pela hegemonia das redes suplantaria a ordem mais estável do mundo territorial, assim sendo, o deslocamento compulsório, por seu caráter repentino e autoritário, gera nos indivíduos uma instabilidade para se estruturarem enquanto seres sociais”,

e, a partir desta instabilidade, acabam se juntando em grupos, organizações e movimentos em busca de direitos que lhes foram negados.

Em vista desse espectro de conflitos e contradições, surge o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), uma organização popular que tem por objetivo organizar as pessoas que tiveram suas vidas alteradas pela edificação de uma barragem, esclarecendo e discutindo os planos, geralmente impostos, quando ocorre a aprovação de um projeto de construção de uma Usina Hidrelétrica. Em um número publicado pelo próprio movimento em 2007, o grupo se descreve da seguinte forma:

Quando uma barragem está para ser construída, geralmente as populações que serão atingidas são as últimas a saber o que, de fato, vai acontecer com a vida delas. Estamos tratando de algo que vai modificar toda a história construída pelos seus antepassados [...]. A única maneira de sermos ouvidos é nos organizando. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) visa reunir todos os atingidos. O MAB é um movimento nacional. Em muitos lugares o povo tem vencido grandes empresas nacionais e internacionais e impedido a construção das barragens. Em outros lugares, não conseguiu impedir a obra, mas garantiu através de muita luta seus direitos. Hoje, estamos organizados em 14 estados do Brasil. (p.22)

Com a existência dessa e de outras organizações menores, juntamente com os avanços jurídico-institucionais e a pressão das entidades financiadoras, o cenário político-econômico no qual a geração de energia está inserida se torna mais conturbado, com maiores tendências a se discutir os direitos dos atingidos, bem como a viabilidade e a necessidade real da execução desses projetos. De certa maneira, tornou-se mais difícil se prever o custo total de um empreendimento hidrelétrico, tendo em vista que muitos aspectos teriam que ser levados em consideração.

Isto faz reportar ao que diz Vainer (2007, p.128),

“a arrogância tecnoburocrática da época da ditadura militar viu-se questionada por movimentos sociais, organizações de atingidos e movimentos ambientalistas que se sentiam no direito de, e se consideravam aptos para participar tanto da discussão e definição das políticas energéticas de longo prazo quanto das decisões sobre a implantação de projetos particulares. O próprio setor elétrico estatal vai perceber que deve assumir novas posturas, pois a sociedade mudou”.

É de suma importância a discussão sobre o interesse em se continuar promovendo um sistema de produção e transmissão de energia que geram numerosos impactos – ambientais, sociais e econômicos – além de causar graves desigualdades regionais. As regiões Norte e Sul do país se tornam exportadoras de energia para a região Sudeste, um sustentáculo para o desenvolvimento industrial desta região, tendo como custo a ‘imposição’ de construção de barragens como forma de utilização e aproveitamento do espaço, dando margem a constituição de um território sem muitas alternativas para o uso e ocupação do solo.

Considerações Finais

A partir do exposto, podemos concluir que o território construído pelo indivíduo dificilmente pode ser transformado em mercadoria com um valor agregado de comércio, nem tampouco esse valor pode ser determinado por outrem, externo à realidade dos moradores diretamente ligados àquele espaço.

Torna-se evidente a maneira com que o Estado, enquanto instituição que deveria assegurar a todos, indistintamente, a estabilidade de um lar, passa a adotar o papel de empreendedor, buscando se estabelecer no território nacional, planejá-lo e geri-lo da maneira que mais render lucros. Diversas fontes energéticas, visando alavancar o desenvolvimento industrial, deixam à margem desse processo indivíduos que ficam desprotegidos e são obrigados a deixar o lugar que, ao longo de diversas gerações, edificaram e depositaram seus valores em busca de uma

nova forma de viver. O que faz com que seja questionável o modelo vigente de produção energética que tem um custo social tão elevado e complexo.

Sair do lugar onde se estabeleceu um modo de viver tradicional, acostumados ao ritmo da vida cotidiana, com suas manifestações culturais, o apego a construções materiais, em que, de acordo com os sinais percebidos pela experiência, podiam se fazer inclusive previsões de tempo, constitui uma dura realidade a que muitos moradores são submetidos em nome da modernidade.

O convencimento dos moradores de que a melhor opção é migrar, passa por uma situação, por vezes constrangedora, de que aquele que se nega a ceder seria contra o progresso. Porém, não dizem de quem é realmente esse progresso. Para os agentes no poder, o fato de muitos se oporem a mudar significa ter apego por coisas insignificantes. Contudo, nesse contexto, insignificante é o sentimento de pertencimento a um lugar, aquilo que todo e qualquer cidadão que for submetido a um deslocamento compulsório sentirá.

Reduccionismo. Esse é o termo usado para quem dá atenção a esses “pequenos” fatos da vida cotidiana. Pequenos pra quem está do lado oposto aos que construíram e vivem nesses territórios. Pois, é de lá também que terão de carregar na memória as lembranças dos momentos felizes, e por que não também momentos ruins, que viveram em família. A perda desses lugares pode acarretar o sentimento de perda do próprio chão que não é a terra propriamente dita, pois terra se troca por terra, mas do chão da vida.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, F.G.; HAESBAERT, R.; CRUZ, V. [et al]. **Identidades e territórios: Questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acess, 2007.

BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios. Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito**. Lisboa: Instituto Piaget. 1996.

BECKER, B.; SANTOS, M. 2002... [et al]. **Território, territórios : ensaios sobre o ordenamento territorial**, Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

FENILLI, G. Z.; LOCH, C. **Impactos Sócio-Ambientais Causados pela Implantação da Usina Hidrelétrica Itá**. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. UFSC, Florianópolis, 2002. Disponível em <http://geodesia.ufsc.br/Geodesia-online/arquivo/cobrac_2002/092/092.HTM> acessado em 19 de janeiro de 2009.

FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - uma visão do estado da arte**, Contribuição para o Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade – RIMISP. Disponível em <http://66.102.1.104/scholar?hl=pt-BR&lr=&client=firefox-a&q=cache:5fnMTmRltMJ:www.fidamerica.cl/admin/docdescargas/centrodoc/centrodoc_236.p df+related:5fnMTmRltMJ:scholar.google.com/>. acessado em 19 de janeiro de 2009.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo. Contexto. 2002.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. **Quem é o movimento dos atingidos por barragens?** In: Revista Hidrelétricas no rio Madeira: energia para quê e para quem?. Candeias do Jamary – RO: 2007, 24 p.

SIGAUD, L. Crença, descrença e interesses: por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório. In: MAGALHÃES, S. B.; BRITTO, R. G., CASTRO, E. R. (Coord.). **Energia na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1996. v.2. p. 551-570.

_____. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n.18, p.18 - 28, fev. 1992.

ROSS, J. Hidrelétricas e os Impactos Sócio – Ambientais. In: STIPP, N. A. (Org.). **Análise Ambiental Usinas Hidrelétricas: uma visão multidisciplinar – Núcleo de estudos do meio ambiente (NEMA/UEL)**. Londrina: Ed. UEL: NEMA, 1999. p.17-28.

VAINER, C. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992,. 86 p.

_____. **Recursos Hidráulicos: questões sociais e ambientais.** Estudos Avançados,
v. 21, p. 119-138, 2007

ZAAR, M.H. **O processo migratório no extremo oeste do estado do Paraná/Brasil com a
construção da hidrelétrica binacional ITAIPU.** Scripta Nova: Revista Electrónica de
Geografía y Ciencias Sociales.
Universidad de Barcelona, nº 69 (47), 1 de agosto de 2000.